



SAÚDE PÚBLICA

Mais de 5 mil mortes por dengue só este ano

Número ultrapassa os óbitos registrados entre 2017 e 2023. Oposição utiliza dados para criticar o governo nas redes sociais

» VITÓRIA TORRES*

Paulo Pinto/Agência Brasil



Equipes da Zoonoses combatem focos do mosquito. Somente em 2024, foram registrados 6,4 milhões de casos da doença

O Brasil ultrapassou as 5 mil mortes por dengue este ano, número quatro vezes maior se for feita uma comparação com 2023 — quando 1.179 vidas foram perdidas para a doença. Segundo dados do Ministério da Saúde, há 2.137 óbitos sob investigação.

De 2017 a 2023, foram registradas 4.331 mortes pela infecção provocada pelo mosquito *aedes aegypti*. Segundo dados do governo federal, são 6,4 milhões de casos de dengue em 2024. A letalidade em casos prováveis é de 0,08%.

A análise demográfica desses mesmos casos prováveis mostra que 55% das infecções ocorrem entre mulheres, enquanto os homens representam 45% dos registros. A faixa etária mais afetada é a que vai dos 20 aos 29 anos, seguida pelos grupos 30-39 anos e 40-49 anos.

Por sua vez, os grupos que registram menos infecções são os menores de um ano de idade, os indivíduos com 80 anos ou mais e as crianças entre um e 4 anos. Isso sugere que os jovens adultos estão mais expostos ao mosquito transmissor ou menos protegidos contra a doença.

São Paulo concentra o maior número de casos prováveis, com mais de 2 milhões de infecções. Na sequência, vêm Minas Gerais (1.696.909), Paraná (644.507) e Santa Catarina (363.850) com altos índices de casos. No sentido oposto, as unidades da Federação com menor número de infecções são Roraima (546), Sergipe (2.480), Acre (4.649) e Rondônia (5.046).

Quando se considera o coeficiente de incidência da dengue, o Distrito Federal lidera — são 9.749,7 casos para cada 100 mil habitantes. Depois vêm Minas Gerais (8.266,9/100 mil), Paraná (5.632,2/100 mil) e Santa Catarina (4.781,5/100 mil). Os estados

com os menores coeficientes são Roraima (85,8/100 mil), Sergipe (112,2/100 mil), Ceará (138,9/100 mil) e Maranhão (162,1/100 mil).

Ao **Correio**, o Ministério da Saúde afirmou que o número de casos está em queda contínua há 15 semanas, depois de um pico em março, e a confirmação dos óbitos também tem diminuído. “O Ministério da Saúde reforçou as ações com uma reserva de R\$ 1,5 bilhão para estados e municípios em emergência, e a mobilização conjunta na eliminação de criadouros foi crucial para essa redução. Apesar do aumento no número de casos prováveis em 2024, a letalidade permanece quase a mesma

do ano passado, com 0,08%, em 2024, contra 0,07%, em 2023. O Ministério continua investindo em medidas de prevenção, como abastecimento de inseticidas e testes, e lançará em breve um plano abrangente para enfrentar a dengue e outras arboviroses”, explica a pasta.

A revista *Science*, por sua vez, publicou uma reportagem estimando um prejuízo causado pela dengue de aproximadamente US\$ 5 bilhões no Brasil, em 2024 — o equivalente a R\$ 28 bilhões pelo câmbio de ontem. Nesta conta foram incluídos gastos públicos e privados de saúde, como consultas e internações, além

de impactos como a ausência do trabalhador ao emprego e o gasto com as campanhas de vacinação.

Politização

Os números da dengue no país foram usados pela oposição para criticar o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nas redes sociais. O ex-presidente Jair Bolsonaro usou sua conta no X (antigo Twitter) para reproduzir um gráfico compartilhado pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) sobre o avanço das mortes, cuja legenda diz: “Mais um recorde do governo do amor”.

“O silêncio generalizado e a

falta de exigências em nome da democracia e do amor”, publicou o ex-presidente, que em outra postagem provocou: “Mosquitos unidos pela democracia. Logo mais no Jornal Nacional”.

No governo Bolsonaro, mais de 700 mil pessoas morreram infectadas pela covid-19. Os números da dengue também deram argumento ao Centrao para pressionar a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a deixar o cargo. Em mais de uma vez, porém, Lula garantiu que ela fica na pasta. O governo também atuou para obter vacina contra a doença transmitida pelo *aedes aegypti*.



O silêncio generalizado e a falta de exigências em nome da democracia e do amor. (...) Mosquitos unidos pela democracia. Logo mais no Jornal Nacional”

Tuítes do ex-presidente Jair Bolsonaro



O Ministério reforçou as ações com uma reserva de R\$ 1,5 bilhão e a mobilização conjunta na eliminação de criadouros foi crucial para essa redução. Apesar do aumento no número de casos prováveis em 2024, a letalidade permanece quase a mesma do ano passado”

Trecho de nota do Ministério da Saúde

EDUCAÇÃO

Implementação de escolas cívico-militares é suspensa

A Justiça de São Paulo suspendeu a implementação do programa Escola Cívico-Militar do governo de São Paulo, após pedido de liminar do Sindicato dos Professores do Estado de São Paulo (Apeoesp). A decisão do desembargador Figueiredo Gonçalves prevê a suspensão do programa até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgue a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) sobre o tema.

Das mais de 5 mil escolas da rede estadual, 304 demonstraram interesse na adoção desse modelo. A Secretaria da Educação disse que não foi notificada da decisão e não iria se pronunciar. Na ação, a Apeoesp sustenta que a lei que criou o programa padece de “vício formal”, pela ausência de “competência legislativa concorrente do estado para tratar sobre diretrizes e bases da educação”.

No entendimento do desembargador, o programa “parece legislar” e invadir a competência da União. “É certo que se suscitam sérias controvérsias acerca da constitutividade desse programa, o que não recomenda sua implementação desde já. Ao

dispor sobre organização escolar, estabelecendo programa que impõe modelo pedagógico de escola cívico-militar, a lei parece legislar sobre diretrizes da educação escolar. Isso poderia invadir competência da União”.

O desembargador também justifica que a colocação de policiais militares na reserva como monitores escolares viola a Carta Política Federal, que estabelece funções próprias dos profissionais — como o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, sem a possibilidade de se atribuir outras atividades. Ele aponta, ainda, que os PMs poderiam, eventualmente, ser considerados profissionais da educação escolar, o que também não é permitido, já que a Constituição Federal estabelece que essa categoria deve estar sujeita a plano de carreira e ingressar na área por meio de concurso público.

Figueiredo Gonçalves cita que essas normas da Constituição são de reprodução obrigatória nas cartas estaduais. “Não se cuida, desde já, de se impor a interpretação acerca da inconstitucionalidade da lei estadual que

Marco Galvão/AleSp



Militarização de unidades de ensino é uma das bandeiras de Tarcísio

se questiona nesta ADI. Contudo, inegavelmente, há controvérsias sobre o bom direito, que justifica a cautela neste instante, para que se defira a liminar reclamada, até decisão definitiva sobre o tema”, observa.

O programa Escola Cívico-Militar é uma aposta do governador Tarcísio de Freitas

(Republicanos), que começou a ganhar forma após ser aprovado pela Assembleia Legislativa (AleSp) em maio. Com o projeto, as escolas que aderirem ao modelo teriam ao menos um PM da reserva como monitor para desenvolver atividades extracurriculares para além das disciplinas tradicionais.

AGOSTO LILÁS

Ministério lança mobilização social contra o feminicídio

» HENRIQUE FREGONASSE*

O Ministério das Mulheres lançou, ontem, a campanha *Feminicídio Zero — Nenhuma violência contra a mulher deve ser tolerada*, no dia em que a Lei Maria da Penha completou 18 anos. A iniciativa é do Agosto Lilás, que chama a atenção da sociedade para o combate à violência doméstica contra as mulheres.

A ação defende a importância de perceber situações de agressão, enfrentá-las e interrompê-las para que não tornem-se feminicídio. Isso porque, segundo dados do 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 1.467 mulheres foram assassinadas apenas por causa da condição de gênero. É o maior registro desde a sanção da Lei Maria da Penha.

De acordo com o levantamento, as tentativas de feminicídio (2.797 vítimas) e de homicídio contra mulheres (8.372 casos) aumentaram em 2023: subiram 7,2% e 9,2%, respectivamente. Da mesma forma, houve um avanço de 9,8% na violência doméstica (258.941 casos).

Além de materiais gráficos, a

campanha traz para as redes sociais, um filme de 30 segundos e outros três, de 15 segundos. De acordo com o ministério, os vídeos ilustram situações de violência contra mulheres e salientam que o feminicídio pode ser enfrentado com envolvimento social — seja denunciando as agressões ou acolhendo a vítima de um ataque físico ou psicológico.

Redes sociais

Haverá uma mobilização digital com a participação de influenciadores, atrizes, atletas, ministros e parlamentares. Vídeos serão publicados nas redes sob a hashtag *#FeminicidioZero*. Segundo o governo federal, os ministérios e órgãos públicos vão aderir à campanha por meio de publicações nos perfis que mantêm nas redes. Um evento no mês de agosto em Brasília (ainda sem data definida) marcará a assinatura do manifesto.

*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

» Leia mais nas páginas 13 e 14